

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

MATHEUS BARBOSA

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÃO 1

Sobre a lei 01/90, Regime Jurídico Único dos Servidores de Olinda é correto afirmar que:

- A) O servidor que for preso preventivamente não será afastado do cargo até transito em julgado de sentença penal condenatória, porém receberá apenas 1/3 dos vencimentos.
- B) O servidor ocupante de cargo em comissão deverá obrigatoriamente receber os vencimentos do cargo em comissão que ocupa, sendo garantido, contudo as vantagens anteriormente recebidas.
- C) O vencimento do servidor, ativo ou inativo, não poderá ser inferior ao salário mínimo vigente no país.
- D) Em situações específicas, o servidor poderá perceber remuneração maior que a atribuída em espécie ao Prefeito do Município.

QUESTÃO 2

Sobre o Regime Jurídico Único, assinale a resposta incorreta:

- A) No caso de erro da administração na interpretação ou na aplicação na norma legal, o servidor fica desobrigado de restituir o que houver recebido indevidamente, como presunção boa-fé.
- B) Ao servidor estudante de nível superior será permitido faltar ao serviço nos dias de prova ou exame sem qualquer prejuízo, independentemente de aviso prévio ao chefe ou imediato.
- C) Ao servidor estudante permitir-se-á faltar ao serviço, sem prejuízo do vencimento e das vantagens nos dias de vestibulares, mediante comprovação de inscrição.

QUESTÃO 3

Sobre a lei municipal 01/90 que rege os servidores municipais de Olinda:

- I. É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, inclusive o prestado às Forças Armadas.
- II. O servidor terá exercício no órgão onde for lotado
- III. O servidor não poderá afastar-se do exercício do cargo para estudo ou missão oficial forma do município, sem autorização do Prefeito do Município.
- IV. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor regulado por decreto do prefeito.

Estão corretas:

- A) I e II apenas
- B) I, II, IV apenas
- C) I, II, III e IV
- D) I,II,III apenas

QUESTÃO 4

São deveres dos servidores de Olinda, exceto:

- A) Ser leal às instituições administrativas a que servir.
- B) Cumprir as ordens superiores, inclusive quando manifestamente ilegais, podendo, contudo questioná-las do ponto de vista jurídico e doutrinário
- C) Proceder com civilidade no trato com as pessoas
- D) Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público

QUESTÃO 5

É vedado ao servidor de Olinda, Exceto:

- A) Recusar fé a documentos públicos
- B) Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato
- C) Retirar com prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição
- D) Promover demonstração de apreço ou desapeço no recinto da repartição

ESTATUTO DA GUARDA MUNICIPAL DE OLINDA

QUESTÃO 6

Sobre o Estatuto da Guarda Municipal de Olinda, são cargos em comissão da GCMO exceto:

- A) Comandante da Guarda Civil Municipal de Olinda
- B) Secretário Executivo da Guarda Civil Municipal de Olinda
- C) Chefe do Departamento de Gestão e Articulação da Guarda Civil Municipal de Olinda
- D) Chefe da Divisão de Recursos Operacionais da Guarda Civil Municipal de Olinda

QUESTÃO 7

São competências do Comandante da Guarda Civil Municipal de Olinda, exceto:

- A) Assessorar o Prefeito, bem como os seus secretários, nas questões de sua competência
- B) Dirigir e administrar a Guarda Civil Municipal de Olinda
- C) Administrar e exercer a disciplina nos limites das atribuições conferidas pela legislação pertinente
- D) Cientificar o Secretário de Segurança Urbana, bem como os secretários executivos da Secretaria de Segurança Urbana, das ocorrências e irregularidades administrativas ou concernentes à segurança de que tenha conhecimento

QUESTÃO 8

Sobre a lei 44/2013 e suas alterações, assinale a alternativa correta:

- A) São 12 (Doze) as Funções Técnicas Gratificadas FTG-1 atribuídas aos integrantes do Grupamento Tático Operacional - GTO.
- B) Fica autorizado, para os guardas civis municipais titulares de cargos de provimento em comissão, o recebimento de Função Técnica Gratificada desde que exerça a função relativa a gratificação.
- C) São 11 (onze) o quantitativo de funções de supervisor de segurança institucional, cujos ocupantes serão nomeados pelo Secretário da Secretaria de Segurança Urbana, cabendo-lhes gratificação correspondente ao valor da Função Técnica Gratificada FTG-1;
- D) A efetivação e a regulamentação do uso de equipamentos de segurança pela Guarda Municipal de Olinda, com vistas à defesa de seus integrantes e da população, dar-se-á por meio de Decreto, com observância às leis vigentes.

GRUPAMENTO AMBIENTAL DA CIDADE DE OLINDA

QUESTÃO 9

Sobre o Grupamento Ambiental da Cidade de Olinda é correto afirmar que:

- A) O Grupamento Ambiental da Cidade de Olinda – GACO é vinculado à Prefeitura através da Secretaria de Meio Ambiente e controle Urbano.
- B) O Grupamento Ambiental da Cidade de Olinda poderá atuar quando necessário atuar conjuntamente com órgão ambientais da união e do estado para proteção do meio ambiente de cidades que fazem limite com o município de Olinda.

- C) O Grupamento Ambiental da Cidade de Olinda poderá atuar em questões que envolvam perturbação do sossego.
- D) É função do Grupamento Ambiental da Cidade de Olinda orientar a população quanto aos encaminhamentos adequados a cada infração mediante a divulgação de informações adequadas à comunidade.

QUESTÃO 10

São objetivos do GACO, exceto:

- A) Atender a denúncias referentes a maus tratos a animais e/ou infrações de caráter ambiental
- B) Efetuar, sem prejuízo da competência de outros órgãos, a fiscalização, autuação e processamento de infrações administrativas, bem como a prisão em flagrante, no caso de infrações penais previstas na Lei Federal nº 9.605/1998
- C) - Atuar proativamente na defesa dos animais domésticos
- D) Efetuar resgate de animais feridos em todo município de Olinda

QUESTÃO 11

Sobre o Grupamento Ambiental da Cidade de Olinda, GACO, é correto afirmar que:

- A) O GACO é subordinado a Secretaria de Segurança Cidadã, não se submetendo em nenhuma hipótese a Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano.
- B) Constitui um dos objetivos do GACO atuar de forma proativa na defesa dos animais domésticos.
- C) O GACO deverá observar o estrito cumprimento das normas e recomendações expedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, secretaria pela qual é vinculada a Prefeitura Municipal de Olinda
- D) Para deslocamento das equipes do GACO, poderá ser designada qualquer viatura da frota da GCMO que estiver disponível.

PATRULHA MARIA DA PENHA DE OLINDA

QUESTÃO 12

Sobre a Patrulha Maria da Penha de Olinda, PMPO, podemos afirmar:

- A) A coordenação da PMPO será conjunta entre a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Segurança Cidadã do município de Olinda.
- B) A PMPO cria um sistema municipal de proteção a mulher nos termos da lei federal 11.340/06.
- C) O acompanhamento de mulheres vítima de violência doméstica ou familiar, independentemente de decisão judicial em favor da vítima constitui uma das diretrizes da PMPO.
- D) As despesas decorrentes da implementação do Programa Patrulha Maria da Penha, criado pela lei 6151/21, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das secretarias envolvidas, no que lhes couber.

LEI 13.022\14

QUESTÃO 13

Acerca dos princípios que norteiam a atuação das Guardas Municipais, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Proteger os direitos humanos fundamentais, o exercício da cidadania e das liberdades públicas constitui princípio norteador da atuação da Guarda Municipal.
- B) Patrulhamento repressivo constitui princípio norteador da atuação da Guarda Municipal.
- C) Uso ostensivo da força, a fim de reprimir as infrações, constitui princípio norteador da atuação da Guarda Municipal.
- D) Preservar a vida e reduzir o sofrimento constituem princípios norteadores da atuação da Guarda Municipal, mas não há preocupações relacionadas com a diminuição das perdas, uma vez que a preocupação central da Guarda Municipal é com a vida, sendo a preservação do patrimônio secundária.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa que indica os requisitos básicos para investidura em cargo público na Guarda Municipal:

- A) Ser brasileiro nato, não sendo admitida de brasileiro naturalizado
- B) Nível superior completo de escolaridade.
- C) Aptidão física, mental e psicológica.
- D) Idade superior a 21 anos.

QUESTÃO 15

Nos termos da Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), considerando que o município pretenda criar, sua guarda municipal, e esse município tem segundo o IBGE tem 40.000 (quarenta mil) habitantes, esse município poderá ter o efetivo de quatrocentos integrantes?

- A) Correto pois o Estatuto Geral das Guardas Municipais trata só das obrigações e não prevê limite de efetivo.
- B) incorreta, pois ultrapassa o limite de quatro décimos por cento da população, em municípios com até cinquenta mil habitantes.
- C) correta, pois o Estatuto Geral das Guardas Municipais prevê o limite de efetivo de até um por cento da população.
- D) incorreta, pois ultrapassa o limite estabelecido de trezentos integrantes, em municípios com até cinquenta mil habitantes.

QUESTÃO 16

Segundo o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal n.º 13.022/2014), a proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas bem como o patrulhamento preventivo são

- A) objetivos das guardas municipais.
- B) lemas das guardas municipais.
- C) princípios das guardas municipais.
- D) competências das guardas municipais.

QUESTÃO 17

As guardas municipais têm por missão realizar a proteção municipal, o que envolve a defesa do patrimônio público municipal e o auxílio na segurança pública. É um princípio de atuação dessa instituição:

- A) Uso moderado da força.
- B) Patrulhamento ostensivo.
- C) Compromisso com a evolução social e moral da comunidade.
- D) Preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas.

QUESTÃO 18

Com base na Lei nº 13.022/2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.
- () É assegurado ao guarda municipal o recolhimento à cela, isoladamente dos demais presos, quando sujeito à prisão antes de condenação definitiva.
- () É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – F.
- B) V – V – V.
- C) V – F – V.
- D) F – V – V.
- E) F – F – F.

QUESTÃO 19

De acordo com a Lei Federal nº. 13.022/2014, é competência geral das Guardas Municipais

- A) a articulação com os órgãos municipais de políticas sociais.
- B) a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.
- C) a cooperação com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades.
- D) o auxílio na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários.

QUESTÃO 20

Conforme disposto na Lei nº 13.022/2014, Estatuto Geral das Guardas Municipais, no que se refere aos procedimentos operacionais, conforme sua competência ali disposta, o Guarda Municipal, ao se deparar com flagrante delito, deve encaminhar o autor da infração para qual autoridade?

- A) Juiz da Comarca de Plantão
- B) Comandante da Guarnição da Brigada Militar.
- C) Delegado de Polícia.
- D) Promotor Público.
- E) Juizado de Instâncias Emergenciais.

LEI 13.869/19 LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

QUESTÃO 21

Sobre a Lei de abuso de autoridade, assinale a alternativa incorreta.

- A) As penas previstas nesta Lei serão aplicadas independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.
- B) As notícias de crimes previstos nesta Lei que descreverem falta funcional serão informadas à autoridade competente com vistas à apuração.
- C) As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.
- D) Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- E) As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas de forma autônoma, exclusivamente.

QUESTÃO 22

Sobre a Lei n. 13.869/2019, nova lei de abuso de autoridade, assinale a alternativa incorreta.

- A) As penas previstas nesta Lei serão aplicadas independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.
- B) As notícias de crimes previstos nesta Lei que descreverem falta funcional serão informadas à autoridade competente com vistas à apuração.
- C) As responsabilidades civil e administrativa são dependentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.
- D) Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- E) As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

QUESTÃO 23

Joel é servidor da guarda municipal do Município Delta e no exercício de suas atribuições praticou ato tipificado como crime de abuso de autoridade. Em razão disso, foi instaurado o respectivo processo administrativo disciplinar, após o que foi recebida a denúncia pelo aludido crime pelos mesmos fatos. O processo administrativo seguiu tramitando e culminou na aplicação da pena de demissão. Após a aplicação da penalidade administrativo-disciplinar, o juízo criminal absolveu Joel por reconhecer que ele estava em legítima defesa.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

- A) o recebimento da denúncia em face de Joel deveria ter suspenso o processo administrativo disciplinar até decisão final de mérito acerca do delito;
- B) o processo administrativo não deveria ter sido instaurado antes do pronunciamento do juízo criminal acerca dos fatos imputados a Joel;
- C) a sentença penal que absolveu Joel não pode repercutir na esfera administrativo-disciplinar, na medida em que não reconheceu a inexistência de autoria;
- D) o reconhecimento criminal de que Joel estava em legítima defesa faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar;
- E) a penalidade de demissão deve ser cassada, considerando que toda sentença absolutória penal repercute na esfera administrativo-disciplinar, ainda que o fundamento seja a ausência de provas.

QUESTÃO 24

Sobre a Lei n. 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As penas previstas nesta Lei serão aplicadas independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.
- B) As notícias de crimes previstos nesta Lei que descreverem falta funcional serão informadas à autoridade competente com vistas à apuração.
- C) As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal.
- D) É possível questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.
- E) Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

QUESTÃO 25

Referente à Lei de Abuso de Autoridade (Lei n. 13.869/2019), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- B) Os crimes previstos nessa Lei são de ação penal pública condicionada à representação.
- C) As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- D) As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.
- E) Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

QUESTÃO 26

De acordo com as previsões contidas Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa correta.

- A) Não faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito
- B) As penas previstas nesta Lei serão aplicadas com dependência das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis
- C) As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal
- D) Não tipifica o crime de violência Institucional a conduta de submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade, mas apenas infração administrativa

QUESTÃO 27

Acerca das disposições legais sobre o crime de abuso de autoridade, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As penas restritivas de direito previstas na lei de abuso de autoridade não podem ser aplicadas cumuladamente.
- B) É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.
- C) Para que a condenação por crime de abuso de autoridade acarrete a perda do cargo público, faz-se necessária a ocorrência de reincidência especificamente no crime de abuso de autoridade.
- D) Caracteriza o crime de violência institucional a vítima de infração penal a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade, a situação violenta.
- E) Admite-se ação penal privada para os crimes de abuso de autoridade se a ação penal pública não for oferecida no prazo legal.

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	B	C	B	A	B		D

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	C	D	B	B	D

21	22	23	24	25	26	27
E	C	D	D	B	C	A